



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica
submetido para avaliação no Edital
04/2022

Título do projeto: Gênero e Raça no Processo Transexualizador do SUS

Palavras-chave do projeto: processo transexualizador; gênero; raça; políticas públicas

Área do conhecimento do projeto: Ciências Humanas

Sumário

1 Resumo	2
2 Introdução e Justificativa	2
3 Objetivos	2
4 Metodologia	3
5 Cronograma de atividades	4
Referências	4

1 Resumo

Em 2008, o Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS) implementou a política pública de saúde integral para transexuais, através da regulamentação do processo transexualizador para mulheres trans, e em 2013 para travestis e homens trans. As experiências vivenciadas por usuárias e usuários do Sistema Único de Saúde em relação ao processo transexualizador são plurais. No entanto, carregam consigo variáveis em comum, como o racismo e a transfobia institucionais. Através dos aportes teóricos de gênero e raça trazidos por autorias como Michel Foucault, Joan Scott, Achille Mbembe, Maria Lugones, Berenice Bento, Lélia Gonzalez, etc, este trabalho visa compreender de forma comparada a dinâmica entre raça e gênero que tangencia as experiências cotidianas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da capital paulista. Para isso, foram escolhidas como estudos de caso a UBS Dr. José de Barros Magaldi que está situada no bairro Itaim Bibi, zona oeste de São Paulo, e a UBS Vila Nova Curuçá, extremo leste da capital paulista. Para a viabilidade deste estudo, a metodologia considerará pesquisa bibliográfica, documental e levantamento empírico através de observação direta e realização de entrevistas semi-estruturadas. O desenvolvimento e os resultados desta pesquisa serão compartilhados com o Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia.

2 Introdução e Justificativa

Um prelúdio para estudos acadêmicos acerca do tema sugere uma reflexão acerca de sujeitos e sujeitas que investigam essas problemáticas sociais. Ser objeto de estudo é um lugar comum para pessoas trans, no entanto, ser interlocutor intelectual e político de pontos centrais das esferas que atravessam a realidade da população trans nos dias que correm, se configura como uma condição dialógica fluída essencial. A esse respeito, sobre a autodeterminação das pessoas trans, legitimidade intelectual e precariedade do reconhecimento,

Até agora, discursos sobre transexualidade têm invariavelmente dependido de linguagem e conceitos inventados por pessoas médicas, pesquisadoras e acadêmicas que fizeram das pessoas transexuais seu objeto de estudo. Sob tal paradigma, corpos, identidades, perspectivas e experiências transexuais são continuamente sujeitas a explicações e inevitavelmente permanecem abertas à interpretação. Os atributos cissexuais correspondentes são simplesmente tomados como dados – eles são tidos como 'naturais' e 'normais', escapando de análises recíprocas. (SERRANO *apud* VERGUEIRO, 2016, p. 50).

A corporeidade trans e travesti, de modo geral, tende a ser subalternizada e combatida. Esse movimento de anuir com esse lugar social de subalternidade e utilizá-lo para subverter a ordem hierárquica se configura como uma ação, uma linguagem, que é menor. Portanto, o ato intelectual de investigar a relação de gênero e raça no processo (público e gratuito) transexualizador, me aloca como intelectual menor, título que muito me agrada.

Esse fenômeno social de subversão da ordem a partir da perspectiva menor não significa que o mesmo pertence a algo literalmente menor em termos de importância, mas que pertence “à língua que uma minoria constrói numa língua maior” (DELEUZE E GUATTARI, 2003, p. 38). Essa linguagem menor, conforme os pensadores Deleuze e Guattari, se perfazem enquanto substancialmente políticas e com aspecto valorativo central, a coletividade (Ibid.).

Com essa consideração preliminar, passamos à justificativa. A Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008, do Ministério da Saúde, aprova a regulamentação do processo transexualizador do SUS e, com isso, inaugura em âmbito nacional a provisão do acompanhamento hormonal, apoio de equipe

multidisciplinar e possibilidade de cirurgia de redesignação sexual à mulheres trans. Em 2013, com a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro, ocorre uma redefinição e ampliação do processo transexualizador, que passa a prever, dentre outras peculiaridades, a inclusão de homens trans como usuários desse processo.

As experiências vivenciadas por usuários e usuárias do Sistema Único de Saúde em relação ao processo transexualizador são plurais. No entanto, carregam consigo variáveis em comum, como o racismo e a transfobia institucionais.

Partindo da compreensão de que o racismo é um processo que produz consequências severas para a população negra, em nosso país raça e racismo se relacionam de maneira peculiar. Ao contrário do apregoado pelo senso comum, o racismo é um mecanismo que gera a raça, pois é um processo em que a ideia de raça se produz e se reproduz ao longo da história, através de diretrizes políticas. Nesse sentido, “o racismo parte do pressuposto da superioridade de um grupo racial sobre outro assim como da crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios” (SANTOS, 2001:85 apud GOMES, 2005:53). Logo, raça e racismo são conceitos interdependentes: o racismo é o processo de constituição da raça que, por sua vez, segundo o jurista e professor Silvio Almeida, é uma tecnologia de poder que se constitui historicamente e contextualmente.

A população trans negra usuária do processo transexualizador, ao tecer contato inevitável com instituições públicas de saúde, é impactada de maneira objetiva e subjetiva (nas identidades individuais) com o racismo institucional, que é a forma de atuação normal das instituições. Mesmo com a lógica de funcionamento tendo como pressuposto a pretensa neutralidade racial, essas instituições oferecem vantagens e desvantagens a determinados grupos racializados (ALMEIDA, 2020, p. 37).

No mesmo sentido, a respeito do conceito de gênero e suas implicações estruturais, a tecnologia “gênero” estabelece que não há possibilidade de compreender as noções do sexo isoladamente. Gênero se torna forma de indicar “construções culturais” que é criação inteiramente social de ideias sobre

os papéis adequados aos homens e às mulheres. Portanto, "gênero" é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995).

A pensadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, desta feita, faz apontamentos acerca do surgimento e a que serve o conceito de gênero. Com ênfase na compreensão de 'família nuclear' a teoria do feminismo branco, de certa forma, reforça as estruturas que ela mesmo questiona, ao partir da categoria mulher como a esposa e, logo, a parte submissa ao marido:

Ainda que o feminismo tenha se tornado global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, só podem ser compreendidos se analisarmos cautelosamente a família nuclear da qual eles emergem (Ibidem., pp.99-100).

Esse estalo nos ouvidos, de certo, perpassa a vida prática, pois nos indagamos sobre como se finda a estrutura. "Como barrar o processo, num estágio inicial de reprodução e consolidação, para que as concepções comecem a ruir e possamos construir uma sociedade livre?". Decerto, há implicações na reprodução dessa racionalização sobre a realidade e que lhe mune de sentido.

No entanto, além das variáveis estruturais e históricas que influenciam na oferta e na demanda deste serviço público consolidado de maneira igualitária, a mobilidade urbana se configura como problema considerável à um acompanhamento multidisciplinar frequente e sem interrupções, bem como a localização da Unidade Básica de Saúde, que a depender de onde se situa, desde a inadequação do espaço físico aos fins pretendidos até a precariedade dos instrumentos utilizados, contribui sobremaneira para a evasão das pessoas trans e não-binárias sob tutela do equipamento de saúde.

A não permanência no processo transexualizador é consequência de diversos fatores. Sobre identidades, em uma esfera intestina do equipamento público, pessoas não binárias tendem a ser enquadradas no gênero feminino ou no gênero masculino, para que então possam dar sequência a hormonioterapia. Esse protocolo tende a fazer um duplo movimento de ditar um binarismo àqueles que não o reivindicam e, da mesma forma, como demais

usuários, patologizar para controlar as possibilidades do corpo e do reconhecimento social que esse processo gera.

Portanto, a investigação acerca de como o gênero engendra as diretrizes do processo transexualizador é ponto basilar na medida em que a pretensa adequação ou enquadramento nas características secundárias do gênero *oposto* ao que lhe foi designado ao nascer, marginaliza existências não binárias e fortalece estereótipos de gênero de maneira radicalizada. Por outro lado, o controle sobre a rotina dos corpos trans e não binários, dita não somente a estética, mas o cotidiano das subjetividades. De certo modo, o controle visa à gestão dos corpos indesejáveis, já que não adequados à norma. Enquanto desviantes da mesma, a potência para a transformação social em termos da estrutura social e política do gênero, rumo à sua possível reformulação - e, na visão mais romântica, abolição - atinge não somente aqueles corpos isolados, usuários do serviço público, mas profundamente o tecido social em que se encontram.

As minhas vivências rotineiras com o Sistema Único de Saúde e a participação assídua no processo transexualizador da UBS Dr. José de Barros Magaldi, com uma trajetória de sete anos enquanto usuário deste serviço em diversas unidades, me incitaram a questionar alguns aspectos desse processo. Alguns deles são:

- Mercado ilegal de compras de receita para obtenção de hormônio: qual parcela da população é mais adepta desta prática e por que?
- Evasões frequentes: Por qual razão ela ocorre?
- Estrutura da UBS: É suficiente para fornecer o serviço público desejado?
- Marcadores sociais da diferença: Em que medida a questão racial impacta a iniciativa e a continuidade no programa transexualizador.

Como tentativa de responder à essas questões, lanço as seguintes hipóteses: 1) A margem periférica, negra e transmasculina da população paulistana é mais suscetível à compra ilegal de receitas médicas para aquisição de hormônios. 2) A acessibilidade ao aporte médico e farmacêutico é prejudicado devido a precariedade do serviço público e ao alto custo dos hormônios. 3) A violência de gênero e o preconceito racial presentes nos espaços institucionais de saúde e nos espaços

intra-familiares, bem como o excesso de burocratização dos procedimentos médicos presentes no processo transexualizador, influenciam e, por vezes, determinam as evasões frequentes. 4) Há diferença de infraestrutura e repasse orçamentário entre as UBS dos bairros centrais da cidade em comparação às UBS das periferias. 5) As desigualdades social e econômica refletem no acesso e permanência dos usuários e usuáries. 6) A tessitura gerada pela intersecção de gênero e raça a partir das experiências geradas nos ambientes destinados ao provimento da saúde integral à população trans, travesti e não-binária, bem como o comportamento e a reação das instituições frente a essa obrigatoriedade, constituem quadro de fundo para o estudo empírico da implementação do processo transexualizador nas unidades básicas de saúde em questão.

3 Objetivos

A se considerar a formação do Brasil enquanto um território que consolidou experiências econômicas e sociais a partir do colonialismo, este trabalho tem como objetivo geral situar como as tecnologias de gênero e raça engendram o cotidiano da realidade contemporânea, para então visualizar esse entrelaçamento na rotina institucional dos serviços de saúde direcionados à população trans, travesti e não-binária, a partir da comparação entre as realidades locais paulistanas da UBS Dr. José de Barros Magaldi (zona oeste) e da UBS Vila Nova Curuçá (zona leste).

Os objetivos específicos são:

- 1) Elaborar um panorama das políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans, travesti e não-binária desde o seu surgimento até os dias atuais (2008-2022).
- 2) Mapear a situação de acesso e permanência dos usuários e usuáries do processo transexualizador do SUS.
- 3) Demonstrar a influência das categorias de análise gênero e raça na cotidianidade institucional das Unidades Básicas de Saúde na execução do processo transexualizador.

4 Metodologia

Esta pesquisa terá uma abordagem qualitativa e será organizada em duas etapas. A primeira consistirá na continuação da pesquisa bibliográfica em curso sobre gênero, raça, políticas públicas voltadas à população trans, travesti e não-binária. Com isso, serão utilizados recursos teóricos de autorias como Michel Foucault, Joan Scott, Achille Mbembe, Maria Lugones, Berenice Bento, Lélia Gonzalez, entre outras, para a compreensão e análise da situação-problema colocada. A segunda etapa consistirá na observação direta do universo indicado (UBS Dr. José de Barros Magaldi e UBS Vila Nova Curuçá) e na realização de levantamentos e entrevistas junto às pessoas que gestam a política em análise. Para tanto, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com profissionais selecionados a partir da técnica de bola de neve. Por fim, será utilizado também o meu relato de experiência de usuário do processo transexualizador do SUS. Pretende-se, ainda, ao final da pesquisa, disponibilizar os seus resultados para movimentos sociais e para as unidades investigadas. O desenvolvimento e os resultados desta pesquisa serão compartilhados com o Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia.

6 Cronograma de atividades

Atividade	MESES DE 2022											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento bibliográfico: leitura sistemática dos textos	X	X	X	X								
Elaboração dos instrumentos de coletas de dados				X	X							

Levantamento dados quantitativos e qualitativos nos serviços estudados			X	X	X							
Elaboração do relatório parcial						X						
Realização de entrevistas							X	X				
Análise dos dados coletados									X	X		
Elaboração do relatório final										X	X	
Submissão do relatório final												X

Referências

Arán, Márcia e Murta, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. 2009, v. 19, n. 1 [Acessado 19 Maio 2022], pp. 15-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>>. Epub 15 Set 2009. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Kafka: Por uma literatura menor*. Lisboa: Editora Minuit, 2003.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Brasília: Ministério da Educação, 2005 - Coleção para todos. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In In. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 357-377.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) Pensamento Feminista hoje : perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

TAGLIAMENTO, Grazielle. “Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans”. In. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde. Brasília, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2016.

